



# SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Geral de Pirajussara

CNPJ nº 61.699.567/0004-35

## Nota do Administrador

Em complemento às demonstrações contábeis consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o parecer da Assembleia dos Associados da S.P.D.M. e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as demonstrações contábeis da unidade: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Geral de Pirajussara** que integra a S.P.D.M.. Prof. Dr. **Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente da S.P.D.M.

**Relatório da Administração:** Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. Sas o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2013 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, **Hospital Geral de Pirajussara** elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal

objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. O Conselho Fiscal é responsável pela análise de balanços. Conta também com a avaliação permanente da auditoria independente. Compete ao seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas admi-

nistradas pela SPDM. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do art. 4º, Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. SP, 28.02.14. Prof. Dr. **Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

### Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

ATIVO	2013	2012
<b>Ativo Circulante</b>	<b>42.027.023,62</b>	<b>26.862.008,57</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4.1)	5.758.426,25	6.067.492,58
Caixa	0,00	0,00
Bancos conta movimento	54.911,91	176.158,75
Aplicações Financeiras (Nota 4.2)	5.703.514,34	5.891.333,83
Clientes (Nota 4.3)	33.260.066,76	16.079.503,87
Secr. Saúde do Est. S. Paulo - H. Pirajussara	499.883,00	0,00
Valores em Negociação - Contrato/Convênio	17.518.631,00	8.952.219,05
Provisão de Desp.		
Rescisão de Contrato (Nota 4.7)	15.241.552,76	7.127.284,82
Outros Créditos	663.119,25	2.113.547,90
Adiantamentos a fornecedores	174,24	176,00
Antecipações salariais	23.260,77	25.532,88
Antecipação de férias	446.468,96	486.233,37
Outros créditos e adiantamentos	145.196,54	1.451.986,57
Depósito judicial	48.018,74	149.619,08
Despesas Pagas Antecipadamente	14.565,46	15.297,71
Prêmios de seguros e outros a vencer (Nota 13)	14.565,46	15.297,71
Estoques	2.330.845,90	2.586.166,51
Hospital Geral de Pirajussara	2.330.845,90	2.586.166,51
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>3.393.147,18</b>	<b>4.543.956,72</b>
Ativo Imobilizado - Bens de Terc. (Nota 5)	3.393.147,18	4.543.956,72
- Bens Móveis	3.393.147,18	4.543.956,72
Hospital Geral de Pirajussara	22.966.049,61	22.837.496,92
Ajuste vida útil - bens terceiros - H.G. Pirajussara	(19.572.902,43)	(18.293.540,20)
<b>Total do Ativo</b>	<b>45.420.170,80</b>	<b>31.405.965,29</b>
<b>Contas de Compensação</b>	<b>22.966.049,61</b>	<b>22.837.496,92</b>
Operações com Bens/Merc.-Terceiros	22.966.049,61	22.837.496,92
Bens recebidos	22.966.049,61	22.837.496,92
<b>Total das Compensações Ativas</b>	<b>22.966.049,61</b>	<b>22.837.496,92</b>

### Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

PASSIVO	2013	2012
<b>Passivo Circulante</b>	<b>38.421.884,27</b>	<b>24.752.127,65</b>
Fornecedores	1.629.952,58	1.043.596,94
Serviços de Terceiros P.Física/Jurídica	1.581.076,90	909.718,22
Salários a pagar	3.632.953,90	3.281.009,30
Contribuições a recolher	4.648.047,85	3.877.874,91
Provisão de férias (Nota 4.6)	6.177.135,66	5.547.831,21
Provisão de FGTS sobre férias (Nota 4.6)	494.170,85	443.827,15
Prov. de despesas c/quotações (Nota 4.7)	15.241.552,76	7.127.284,82
Impostos a recolher	1.313.174,10	1.081.167,87
Obrigações Tributárias	100.529,67	42.783,36
Provisão de despesa Tributária	0,00	0,00
Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03	136.158,40	155.924,71
Acordo Trabalhista a pagar	0,00	0,00
Contingências trabalhistas	0,00	0,00
Outras contas a pagar	1.015.033,25	331.550,48
Adiantamentos de clientes	0,00	0,00
Recebimento de materiais de terceiros	116.360,28	66.041,75
Outros valores de terceiros	55.587,86	825.646,61
Convênios/Contratos públicos a realizar (Nota 6.3)	2.280.150,21	17.870,32
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>6.998.286,53</b>	<b>6.653.837,64</b>
Provisão de Despesa Proc. Cíveis	3.517.646,55	1.857.124,75
Provisão de Despesa Proc. Trabalhistas	87.492,80	252.756,17
Provisão de Despesa Proc. Tributárias	0,00	0,00
Obrigações - Bens Móveis de terceiros	22.966.049,61	22.837.496,92
Aj. vida útil econ. - Bens Móveis de terc.	(19.572.902,43)	(18.293.540,20)
<b>Total do Passivo</b>	<b>45.420.170,80</b>	<b>31.405.965,29</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total do Passivo e do Patrim. Líquido</b>	<b>45.420.170,80</b>	<b>31.405.965,29</b>
<b>Contas de Compensação</b>	<b>22.966.049,61</b>	<b>22.837.496,92</b>
Oper. com Bens/Mercadorias-Terceiros	22.966.049,61	22.837.496,92
Bens recebidos	22.966.049,61	22.837.496,92
<b>Total das Compensações Passivas</b>	<b>22.966.049,61</b>	<b>22.837.496,92</b>

### Comparativo das Demonstrações dos Resultados Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

	2013	2012
<b>Receitas Operac. com Restrições - Afiliadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	0,00	0,00
<b>Receita Bruta de Serviços Prestados com Restrições - Afiliadas (Nota 6.1)</b>	<b>105.551.809,33</b>	<b>93.346.129,68</b>
Secretaria Saúde do Est. S. Paulo - Hospital Pirajussara	105.551.809,33	93.346.129,68
Prefeitura Município São Paulo	0,00	0,00
Prefeitura do Município de Barueri	0,00	0,00
Prefeitura Mun. São José dos Campos	0,00	0,00
Prefeitura Mun. de Guarulhos	0,00	0,00
Prefeitura Municipal de Campinas	0,00	0,00
Prefeitura Municip. de Uberlândia	0,00	0,00
Prefeitura Min. Taboão da Serra	0,00	0,00
Convênio Alcoa	0,00	0,00
Outras Receitas	0,00	0,00
Convênios e Particulares	0,00	0,00
Prefeitura Municipal de Salto	0,00	0,00
<b>(=) Receita Líquida de Serviços Prestados com Restrições - Afiliadas</b>	<b>105.551.809,33</b>	<b>93.346.129,68</b>
<b>(+) Outras Rec. c/Restrições - Afiliadas</b>	<b>22.084.073,32</b>	<b>19.923.615,35</b>
Outras Receitas	610.371,10	274.264,06
Descontos Recebidos	635,32	4.773,02
Financeiras	704.746,47	747.056,76
Doações Recebidas (Nota 6.2)	60.496,88	31.649,96
Ganhos de capital	0,00	0,00
Isonção usufruída - INSS Serv. Próprios (Nota 10.1)	17.227.348,59	15.806.452,49
Isonção usufruída - INSS Serv. Terceiros (Nota 10.2)	299.546,43	227.775,37
Isonção usufruída - COFINS (Nota 10.3)	3.167.454,29	2.831.643,69
Trabalho Voluntário (Nota 12)	13.474,24	0,00
<b>(=) Rec. Líq. com Restrições - Afiliadas</b>	<b>127.635.882,65</b>	<b>113.269.745,03</b>
<b>(-) Custos dos Serviços Prestados com Restrições - Afiliadas</b>	<b>80.631.367,20</b>	<b>0,00</b>
(-) Serviços - Pessoal Próprio	56.277.367,02	0,00
(-) Serviços - Terceiros P. Física	1.474.990,26	0,00
(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	8.466.027,91	0,00
(-) Manutenção e Conservação	1.324.861,56	0,00
(-) Mercadorias	13.081.643,55	0,00
(-) Financeiras	801,54	0,00
(-) Outras Despesas	5.606,00	0,00
(-) Tributos	69,36	0,00
<b>(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições - Afiliadas</b>	<b>47.004.515,45</b>	<b>0,00</b>
<b>(-) Desp. Oper. c/Restrições - Afiliadas</b>	<b>26.296.691,90</b>	<b>94.403.873,48</b>
(-) Serviços - Pessoal Próprio	15.096.418,15	65.620.233,63
(-) Serviços - Terceiros P. Física	21.898,45	16.003.041,13
(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	8.622.510,19	0,00
(-) Manutenção e Conservação	2.171.881,40	0,00
(-) Mercadorias	307.371,38	12.612.528,74
(-) Financeiras	34.650,93	37.851,55
(-) Outras Despesas	26,40	0,00
(-) Tributos	41.935,00	11.539,42
(-) Despesas do Exercício Anterior	0,00	118.679,01
<b>(-) Outras Desp. c/Restrições - Afiliadas</b>	<b>20.707.823,55</b>	<b>18.865.871,55</b>
(-) Isonção usufruída - INSS Serv. Próprios (Nota 10.1)	17.227.348,59	15.806.452,49
(-) Isonção usufruída - INSS Serv. Terceiros (Nota 10.2)	299.546,43	227.775,37
(-) Isonção usufruída - COFINS (Nota 10.3)	3.167.454,29	2.831.643,69
(-) Trabalho Voluntário (Nota 11)	13.474,24	0,00
<b>(=) Superávit/Déficit do Exercício com Restrições - Afiliadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Descrição	dez/13	dez/12
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultados do exercício/periódico	0,00	0,00
Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	0,00	0,00
Resultado na venda de ativos permanentes	0,00	0,00
Ajuste nas contas patrimoniais	0,00	16.139.242,07
Variações nos ativos e passivos (Aum.) Redução em contas a receber	(15.729.401,99)	(16.564.965,54)
(Aumento) Redução em estoques	305.639,14	(615.859,72)
Aumento (Redução) em fornecedores	1.206.365,97	10.809,83
Aum. (Red.) em contas a pagar e provisões	13.908.330,55	1.620.614,80
Aum. (Redução) de Bens de Terceiros	(1.150.809,54)	(267.862,39)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(1.459.875,87)	321.979,05

### Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Descrição	dez/13	dez/12
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Compras de imobilizado	0,00	0,00
(-) Adição de Bens de Terceiros	1.150.809,54	267.862,39
(-) Adição de bens intangíveis	0,00	0,00
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) ativ. de investimentos	1.150.809,54	267.862,39
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos tomados	0,00	0,00
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	0,00	0,00
Juros pagos por empréstimos	0,00	0,00
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas disponibilidades	(309.066,33)	589.841,44
No início do período	6.067.492,58	5.477.651,14
No final do período	<b>5.758.426,25</b>	<b>6.067.492,58</b>

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 07) - Valores em Reais

Descrição	Patrimônio		Reservas	Avaliação Patrimonial	Superávit/Déficit do Exercício	Superávit/Déficit do Exercício	Total
	social	Reavaliação					
<b>Saldo 31/12/2011</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(13.802.782,32)</b>	<b>(2.336.459,75)</b>	<b>(16.139.242,07)</b>
Incorporação ao Patrimônio Social							
Transferência de Patrimônio							
Realização da Reserva de Reavaliação							
Ajustes de Exercícios Anteriores							
Ajuste de Avaliação Patrimonial				0,00			0,00
Superávit/(Déficit) do Exercício					0,00	0,00	0,00
<b>Saldo 31/12/2012</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Incorporação ao Patrimônio Social							
Transferência de Patrimônio							
Realização da Reserva de Reavaliação							
Ajustes de Exercícios Anteriores							
Ajuste de Avaliação Patrimonial				0,00			0,00
Superávit/(Déficit) do Exercício					0,00	0,00	0,00
<b>Saldo 31/12/2013</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

**1 - Contexto Operacional:** A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Geral de Pirajussara** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. **1.1 - Características da Unidade Gerenciada:** As principais atividades desenvolvidas pela Unidade Gerenciada são: internações, atendimentos hospital - dia, ambulatório, urgência/emergência e SADT externo. A vigência do Contrato de Gestão é de 01/01/2012 a 31/12/2016. De acordo com o Processo nº 001.0100.000.366/2006 - Contrato nº 00.12 o Contrato de Gestão tem como objeto a Operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde do Hospital Geral de Pirajussara. **2 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **2.1 - Requisitos para imunidade tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (art. 25 XIX e art. 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (art. 46 I) e Assembleia Geral dos Associados (art. 19 V do Estatuto Social). **2.2 - Isonção Tributária e característica da isenção:** A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Con-

tribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09, regulamentada pelo Decreto nº 7.237/10, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: • a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a Isonção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contra-partida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; • há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **2.3 - Requisitos para manutenção da Isonção tributária:** A Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009 estabelece em seu art. 29 e incisos que a entidade beneficiária certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma

vulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **3.1 - Razão Social da Unidade Gerenciada. SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Geral de Pirajussara** - Av. Ibirama, nº 1.214 - Vila Pirajussara. Taboão da Serra - SP; CEP nº 06785-300 - CNPJ nº 61.699.567/0004-35. **3.2 - Formalidade da escrituração contábil - resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **4 - Principais Práticas Contábeis:** Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.). **4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC -TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

	RS	
	31.12.2013	31.12.2012
Caixa e Saldos em Bancos	54.911,91	176.158,75
Aplicação Financeira de Curto Prazo	5.703.514,34	5.891.333,83
Caixa e Equivalentes de Caixa	<b>5.758.426,25</b>	<b>6.067.492,58</b>

**4.2 - Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM. **4.3 - Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **4.4 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2013 é de R\$ 2.330.845,90. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas. (Resolução CFC nº 1.170/09 (NBC TG 16)).

	Valores em Reais	
Tipo	31.12.2013	31.12.2012
Materiais utilizados no setor de Nutrição	72.341,22	156.646,81
Materiais utilizados no setor de Farmácia	644.581,41	667.842,40
Materiais de Almoarifado	1.494.943,19	1.697.653,26
Empréstimos a Terceiros	118.980,08	64.024,04
Outros Materiais Transitórios/Produção SPDM	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2.330.845,90</b>	<b>2.586.166,51</b>

**4.5 - Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.6 - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **4.7 - Provisão para rescisão de contratos:** Conforme nota explicativa, a Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12, e passou a constituir provisões para rescisões de contrato. **4.8 - Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **4.9 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **4.10 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2013 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 8.248.628,40. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2013, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 730.638,23. Este tipo de execução ocorre em sua grande parte face o caráter filantrópico da Instituição, o que lhe garante a imunidade tributária nos termos do artigo 150, inciso VI, alínea "C" da Constituição Federal (nota explicativa sobre imunidade). **4.11 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores

encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. Com referência a outros passivos exigíveis, a Entidade está se valendo de Medidas Liminares - Tutelas Antecipadas obtidas na justiça federal, que suspendem a exigibilidade da Matriz, da filial Hospital Geral de Pirajussara por estar recolhendo PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1%/mês. **4.12 - Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiáveis. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2012	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2013
<b>Imobilizado-Bens de Terceiros</b>	<b>22.837.496,92</b>	<b>128.552,69</b>	<b>0,00</b>	<b>22.966.049,61</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>22.837.496,92</b>	<b>128.552,69</b>	<b>0,00</b>	<b>22.966.049,61</b>
Apar. Equip. Utens. Méd. Odont. Lab.	17.412.174,28	45.834,00	0,00	17.458.008,28
Equip. Processamento de Dados	1.877.863,84	21.873,57	0,00	1.899.737,41
Mobiliário em Geral	1.502.842,92	11.027,18	0,00	1.513.870,10
Máq. Utens. e Equip. Diversos	585.186,24	31.336,11	0,00	616.522,35
Veículos de Tração Mecânica	118.694,97	0,00	0,00	118.694,97
Aparelhos de Medição	69.614,25	818,89	0,00	70.433,14
Apar. e Equip. Comunicação	42.735,32	1.475,28	0,00	44.210,60
Apar. e Utens. Domésticos	504.784,51	14.986,24	0,00	519.770,75
Máq. e Equip. de Natureza Indl.	309.107,86	0,00	0,00	309.107,86
Máquinas e Equip. Energeticos	96.955,70	0,00	0,00	96.955,70
Máquinas e Equip. Gráficos	19.379,00	0,00	0,00	19.379,00
Equip. p/Audio Vídeo e Foto	133.017,22	390,00	0,00	133.407,22
Máquinas e Utens de Escritório	7.926,02	811,40	0,00	8.737,42
Máq. Ferram. e Utens de Oficina	43.305,34	0,00	0,00	43.305,34
Outros Materiais Permanentes	113.909,45	0,00	0,00	113.909,45
<b>Total Imobilizado - Terceiros</b>	<b>22.837.496,92</b>	<b>128.552,69</b>	<b>0,00</b>	<b>22.966.049,61</b>
<b>Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros</b>	<b>(18.293.540,20)</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.279.362,23)</b>	<b>(19.572.902,43)</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>(18.293.540,20)</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.279.362,23)</b>	<b>(19.572.902,43)</b>
Apar. Equip. Utens Méd. Odont. Lab.	(13.819.010,84)	0,00	(1.035.803,70)	(14.854.814,54)
Equip. Processamento de Dados	(1.748.417,05)	0,00	(60.778,96)	(1.809.196,01)
Mobiliário em Geral	(1.062.190,00)	0,00	(98.633,58)	(1.160.823,58)
Máq. Utens. e Equip. Diversos	(425.805,66)	0,00	(28.181,57)	(453.987,23)
Veículos de Tração Mecânica	(118.694,97)	0,00	0,00	(118.694,97)
Aparelhos de Medição	(59.935,72)	0,00	(2.984,91)	(62.920,63)
Apar. e Equip. Comunicação	(30.286,07)	0,00	(4.021,04)	(34.307,11)
Apar. e Utens. Domésticos	(387.388,09)	0,00	(31.179,42)	(418.567,51)
Máq e Equip de Natureza Indl.	(293.702,60)	0,00	(3.482,40)	(297.185,00)
Máquinas e Equip. Energeticos	(96.955,70)	0,00	0,00	(96.955,70)
Máquinas e Equip. Gráficos	(19.379,00)	0,00	0,00	(19.379,00)
Equip. p/Audio Vídeo e Foto	(81.367,14)	0,00	(9.288,41)	(90.655,55)
Máquinas e Utens. de Escritório	(4.106,01)	0,00	(394,91)	(4.500,92)
Máq. Ferram. e Utens de Oficina	(38.597,87)	0,00	(3.397,36)	(41.995,23)
Outros Materiais Permanentes	(107.703,48)	0,00	(1.215,97)	(108.919,45)
<b>Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros</b>	<b>(18.293.540,20)</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.279.362,23)</b>	<b>(19.572.902,43)</b>

**Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2013:** Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **6 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **6.1 - Das Receitas Operacionais:** As receitas operacionais da Entidade são constituídas de valores recebidos diretamente pela Entidade para os quais o uso é restrito, representados pelos Contratos de Gestão, Convênios Públicos e outros tipos de Assistências Governamentais recebidas. Os valores recebidos diretamente pela Entidade através do Contrato de Gestão representam no ano de 2013, 100,00% do total das receitas operacionais. **6.2 - Doações.:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2013 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 60.496,88, enquanto que em 2012 foi de R\$ 31.649,96. **6.3 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2013, a Associação recebeu Assistências Governamentais Federais, Estaduais e Municipais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567.0004/35	
Convênios/Contratos	RS
01/13 - 001.0500.000.193/2012	97.520.400,00
02/13 - 001.0500.000.193/2012	780.500,00
03/13 - 001.0500.000.193/2012	999.767,21

**7 - Patrimônio Líquido:** Conforme esclarecido no balanço anterior, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas do ano, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O Patrimônio Líquido atualmente não apresenta valores em virtude da aplicação do que estabelecem as resoluções CFC 1409/12 (item 11) e 1305/10 (itens 12 e 15 A) que enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental, de contribuição para custeio e investimento deve ser em conta específica do passivo, de forma que o resultado será sempre zero. **8 - Resultado do Exercício:** Em virtude da aplicação de outros itens da resolução o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Caso houvesse, superávit ou déficit ou ainda parte deles que tivesse restrição para aplicação, estaria reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido, o que não ocorre. **9 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). "De acordo com o Art. 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados aos SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados." O Hospital Geral de Pirajussara apresentou nesta unidade a seguinte produção:

mente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **5 - Imobilizado:** O imobilizado da SPDM - Hospital Geral de Pirajussara é composto por bens próprios e bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens próprios referem-se a ativos adquiridos com recursos da própria Instituição. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso.

Posição em 31/12/2012	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2013
22.837.496,92	128.552,69	0,00	22.966.049,61
22.837.496,92	128.552,69	0,00	22.966.049,61
17.412.174,28	45.834,00	0,00	17.458.008,28
1.877.863,84	21.873,57	0,00	1.899.737,41
1.502.842,92	11.027,18	0,00	1.513.870,10
585.186,24	31.336,11	0,00	616.522,35
118.694,97	0,00	0,00	118.694,97
69.614,25	818,89	0,00	70.433,14
42.735,32	1.475,28	0,00	44.210,60
504.784,51	14.986,24	0,00	519.770,75
309.107,86	0,00	0,00	309.107,86
96.955,70	0,00	0,00	96.955,70
19.379,00	0,00	0,00	19.379,00
133.017,22	390,00	0,00	133.407,22
7.926,02	811,40	0,00	8.737,42
43.305,34	0,00	0,00	43.305,34
113.909,45	0,00	0,00	113.909,45
<b>22.837.496,92</b>	<b>128.552,69</b>	<b>0,00</b>	<b>22.966.049,61</b>
<b>(18.293.540,20)</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.279.362,23)</b>	<b>(19.572.902,43)</b>
<b>(18.293.540,20)</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.279.362,23)</b>	<b>(19.572.902,43)</b>
(13.819.010,84)	0,00	(1.035.803,70)	(14.854.814,54)
(1.748.417,05)	0,00	(60.778,96)	(1.809.196,01)
(1.062.190,00)	0,00	(98.633,58)	(1.160.823,58)
(425.805,66)	0,00	(28.181,57)	(453.987,23)
(118.694,97)	0,00	0,00	(118.694,97)
(59.935,72)	0,00	(2.984,91)	(62.920,63)
(30.286,07)	0,00	(4.021,04)	(34.307,11)
(387.388,09)	0,00	(31.179,42)	(418.567,51)
(293.702,60)	0,00	(3.482,40)	(297.185,00)
(96.955,70)	0,00	0,00	(96.955,70)
(19.379,00)	0,00	0,00	(19.379,00)
(81.367,14)	0,00	(9.288,41)	(90.655,55)
(4.106,01)	0,00	(394,91)	(4.500,92)
(38.597,87)	0,00	(3.397,36)	(41.995,23)
(107.703,48)	0,00	(1.215,97)	(108.919,45)
<b>(18.293.540,20)</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.279.362,23)</b>	<b>(19.572.902,43)</b>

Tipo de Atendimento	Total
Número de Consultas Ambulatório *	137.734
Número de Consultas PA	28.427
Hospital Dia / Cirurgia Ambulatorial	4.440
SADT **	75.194
Número de Internações	11.809

**10 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Em 22 de junho 2012, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000.106245/2012-12. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: **10.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2013, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica em R\$ 17.227.348,59. Em 2012, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 15.806.452,49. **10.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2013 atingiu um montante de R\$ 299.546,43. Em 2012 o referido valor de receita totalizou R\$ 227.775,37. **10.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2013 foi de R\$ 3.167.454,29. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2012, esse montante foi de R\$ 2.831.643,69. **11 - Trabalho Voluntário:** Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado em 2013 correspondeu a R\$ 13.474,24. **12 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma:

- Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento;
- As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dívida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e
- Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente.

**13 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerável suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **14 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro

**Ata da 17ª Reunião do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina**  
**Data, Horário e Local:** Ao 15º dia do mês de abril de dois mil e quatorze, às 09h, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. Ana Luísa Hofling Lima, Paulo Bandeira Paiva, Ramiro Anthero de Azevedo, Maria Inês Dolci, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Ticão"), Dr. Herculio Ramos, Dr. José Osmar Medina de Pestana e Sr. Flavio Bitelman. **Convidados:** **Superintendentes:** Prof. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliva, Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur e Dr. Anderson Viar Ferraresi. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2013 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, estando sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembléia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do

Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2013 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HMVJS), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PS-MVMB), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o

Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLÍNICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTE-NEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral a Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2013. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 15 de Abril de 2014. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof. Dr. Ana Luísa Hofling Lima, Prof. Dr. Paulo Bandeira Paiva, Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo, Dr. Maria Inês Dolci.

**Parecer da Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina:** A Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro 2013, Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HMVJS), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar

Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVMB), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendi-

mento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLÍNICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTE-NEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral a Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 23 de abril de 2014. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M..

**Parecer do Conselho Fiscal:** Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Tendo em vista o art. 46 do Estatuto da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2013 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HMVJS), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas

(CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVMB), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente

(UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLÍNICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTE-NEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral a Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 14 de Abril de 2014. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro, Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla, Prof. Dr. João Toniollo Neto, Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta, Profa. Dra. Ruth Guinsberg, Prof. Dr. Hélio Kiyoshi Takahashi.

**Relatório dos Auditores Independentes -** A Diretoria. 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Geral de Pirajussara, que compreende o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 3) **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos

auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 4) **Opinião sobre as de-**

**monstrações contábeis:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Geral de Pirajussara em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5) **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 01 de abril de 2014. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3.** Ricardo Roberto Monello - Contador - CT-CRC.: 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619, Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.



**TMD Friction do Brasil S.A.**

CNPJ nº 33.060.716/0001-33

**Demonstrações Financeiras - (Valores expressos em milhares de reais)**

**Relatório da Administração:** Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2013. Indaiatuba, SP, 29 de abril de 2014. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2013		
	dez-13	dez-12
<b>Ativo</b>	<b>48.478</b>	<b>40.984</b>
<b>Circulante</b>	<b>48.478</b>	<b>40.984</b>
Caixa e equivalente de caixa	1.322	765
Aplicações financeiras	730	630
Contas a receber de clientes	28.483	24.244
(-) PCLD	(40)	(46)
Estoques	12.757	9.845
Adiantamento a fornecedores	2.715	2.583
Impostos a recuperar	2.245	2.063
Despesas antecipadas	196	130
Outros créditos	69	770
<b>Não Circulante</b>	<b>2.338</b>	<b>1.734</b>
Impostos a recuperar	690	686
Despesas antecipadas	428	204
Depósitos judiciais	1.220	843
<b>Permanente</b>	<b>103.444</b>	<b>100.847</b>
Tangível	161.207	154.963
(-) Depreciação acumulada	(62.439)	(56.308)
Tangível em andamento	4.676	2.192
<b>Total do Ativo</b>	<b>154.260</b>	<b>143.565</b>
<b>Passivo</b>	<b>48.478</b>	<b>40.984</b>
<b>Circulante</b>	<b>48.478</b>	<b>40.984</b>
Empréstimos e financiamentos	14.052	20.778
Fornecedores	9.245	7.786
Obrigações sociais e trabalhistas	4.236	4.127
Impostos e contribuições	1.583	1.417
Fornecedores partes relacionadas	3.678	2.827
Parcelamento de impostos	159	150
Outras contas a pagar	1.112	1.412
<b>Não Circulante</b>	<b>104.456</b>	<b>91.441</b>
Empréstimos e financiamentos	8.678	0
Partes relacionadas	59.268	46.812
Fornecedores partes relacionadas	18.138	12.713
Provisão para contingências	1.886	15.716
Parcelamento de impostos	649	764
Impostos diferidos	15.315	15.315
Outras contas a pagar	524	121
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>15.739</b>	<b>13.627</b>
Capital social	50.022	26.684
Ajustes de avaliação patrimonial	60.956	60.956
Prejuízos acumulados	(95.239)	(74.013)
<b>Total do Passivo</b>	<b>154.260</b>	<b>143.565</b>

Demonstrativo de Resultado	dez-13	dez-12
Receita Operacional Bruta	204.112	159.661
Deduções das Vendas	(60.694)	(42.991)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>143.418</b>	<b>116.669</b>
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços	(121.557)	(102.715)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>21.860</b>	<b>13.955</b>
<b>Despesas da operação</b>	<b>(25.615)</b>	<b>(21.943)</b>
Despesas Comerciais	(11.742)	(9.029)
Despesas Administrativas	(5.881)	(7.078)
Pesquisa e Desenvolvimento	(5.621)	(3.788)
Controle Operacional Geral	(1.660)	(1.682)
Outras despesas	(710)	(366)
<b>Reversão da Depreciação</b>	<b>6.358</b>	<b>5.659</b>
<b>Resultado da operação (EBITDA)</b>	<b>2.604</b>	<b>(2.329)</b>
Depreciação	(6.358)	(5.659)
Resultado Financeiro Líquido	(19.319)	(9.098)
Outros Resultados Operacionais	1.847	1.169
<b>Resultado antes do IR e da CSLL</b>	<b>(21.226)</b>	<b>(15.918)</b>
Imposto de Renda	0	0
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	0	0
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>(21.226)</b>	<b>(15.918)</b>

Fluxo de Caixa de Ativid. Operacionais	Dez-13	Dez-12
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(21.226)</b>	<b>(15.918)</b>
Ajustes por:		
. Deprec., amortização e equiv. patrimonial	6.358	5.659
. Valor residual do ativo imobilizado	41	86
. Receita financeira sobre aplicação financeira	0	0
. Obrigações contingências	(1.747)	(95)
. Var. monetária e juros sobre financiamentos e Partes Relacionadas	17.538	8.294
	<b>964</b>	<b>(1.973)</b>
<b>Varição nos ativos e passivos:</b>		
. Contas a receber incluindo partes relat.	(4.239)	(8.631)
. Impostos a recuperar	(186)	(604)
. Despesas antecipadas	(290)	(120)
. Estoques	(2.913)	2.977
. Adiantamento a fornecedores	(132)	(195)
. Outros ativos de curto e longo prazo	319	(732)
. Fornecedores incluindo partes relacionadas	7.734	5.024
. Obrigações trabalhistas e encargos socios	109	309
. Obrigações fiscais	(12.024)	354
. Outras contas a pagar de curto e l. prazo	102	(200)
<b>Caixa líquido das ativid. operacionais</b>	<b>(10.554)</b>	<b>(3.792)</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Capital Social	Ajustes de Aval. Patrim.	Prejuízos Acum.	Patrim. Líquido
<b>Saldo Inicial em 01/01/11</b>	<b>26.684</b>	<b>0</b>	<b>(13.659)</b>	<b>(4.976)</b>
Resultado do Período	0	0	(16.203)	(16.203)
Absorção de Prej. pelos Sócios Conforme ATA	0	0	5.081	5.081
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>26.684</b>	<b>0</b>	<b>(42.780)</b>	<b>(16.097)</b>
Aporte de Capital	0	0	0	0
Resultado do Período	0	0	(15.918)	(15.918)
Ajustes de anos anteriores	0	0	(15.315)	(15.315)
Ajustes de Aval. Patrimonial	0	60.956	0	60.956
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>26.684</b>	<b>60.956</b>	<b>(74.013)</b>	<b>13.626</b>
Resultado do Período	0	0	(21.226)	(21.226)
Aumento de Capital	23.338	0	0	23.338
<b>Saldo em 31/03/2013</b>	<b>50.022</b>	<b>60.956</b>	<b>(95.239)</b>	<b>15.739</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2013**  
**1. Objetivo Operacional:** A Empresa tem por objeto a fabricação, a manipulação, o comércio, a importação e a exportação de lonas, pastilhas para sistemas de freios automotivos. **2) Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.  
**Marcoabel Santos Moreira** - Diretor Financeiro  
 CPF/MF 022.700.498-10  
**Vinicius Bego** - Contabilista  
 CRC 1SP 203817/O-4 - CPF/MF 105.449.208-56

Evolução do Faturamento Bruto do Período		
Mês	Interno	Externo
.. Janeiro	13.213	1.690
.. Fevereiro	12.683	1.793
.. Março	14.307	2.246
.. Abril	14.967	3.093
.. Maio	15.260	2.896
.. Junho	15.221	2.942
.. Julho	16.356	3.338
.. Agosto	14.544	2.914
.. Setembro	15.015	2.960
.. Outubro	17.497	2.195
.. Novembro	14.393	2.325
.. Dezembro	10.493	1.773
<b>Faturamento do Período</b>	<b>173.948</b>	<b>30.164</b>
<b>Total Geral</b>	<b>204.112</b>	<b>116.669</b>